

## HAITIANOS NO BRASIL: CAPILARIDADES E GEOGRAFIAS EM INTERFACE AO CONCEITO DE TERRITÓRIO-REDE

*Isis do Mar Marques Martins<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo visa refletir sobre o recente fluxo de haitianos no Brasil e suas implicações práticas, considerando aspectos sociais e políticos imbricados no espaço e no tempo da permanência de haitianos no país. Busca-se, também, perceber as implicações de ordem conceitual, sobretudo à luz de conceitos contemporâneos da geografia que promovem a ideia de movimento e mobilidade. Entendendo a singularidade da imigração haitiana ao Brasil e seus reflexos, dentre eles o poder de capilaridade expressivo dos haitianos no território brasileiro, a proposta é analisar a ideia de território-rede, caracterizada pela promoção de diversas relações de poder no espaço, atraída por diversos agentes, no qual a capilaridade aponta certamente a importância das redes múltiplas que grupos haitianos apostam em suas estratégias de permanência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigrantes Haitianos; Capilaridade; Território-Rede; Agentes Espaciais.

## HAITIANS IN BRAZIL: CAPILARITIES AND GEOGRAPHIES IN INTERFACE AT THE CONCEPT OF TERRITORY-NETWORK

---

<sup>1</sup> Doutora pelo Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bolsista CNPq. Pesquisadora vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios. E-mail: isis.marinha@gmail.com.

**ABSTRACT:** The work sees to reflect about the mobility actually of Haitians in Brazil and your practices implication, or your social and polices way in the space and time of Haitians here. Also, your implications in conceptual order, especially from the point of view of Geographic's recent concepts what movement and mobility idea are promoters. Understanding the Haitian's immigration in Brazil singularities and your reflects, mainly the power of Haitian's capillarity in the Brazil, the proposer is to analyses the territory-network, what is the promotion of powerships in the space, agencies multiply attract, what this capillarity this is a target the understand the multiply networks to Haitians groups.

**KEYWORDS:** Haitians Immigrants; Capillarity; Territory-Network; Spacial Agents.

## INTRODUÇÃO

“Cada pessoa vai viajar, vai no outro país, vai buscar a vida melhor...”. A frase, de um haitiano em Caxias do Sul, talvez seja uma das mais mencionadas por migrantes no mundo. Em muitos casos, o migrante é visto sem cidadania na execução de políticas públicas, por ser considerado efêmero. Para parte da intelectualidade, por exemplo, o migrante é desprovido de cidadania por sua superficial apropriação de bens e serviços que acarretem diretamente uma mudança mais complexa de sua realidade. Ora, nos interessa saber se realmente é isso que ocorre. É certo que muitos discursos legitimam para a sociedade um sentido de barganha em relação ao termo cidadania. Nesse sentido, é salutar o entendimento do papel do migrante no lugar de chegada, considerando suas transformações e compreendendo as dinâmicas de espacialidades que envolvem o migrante. Torna-se também iminente a construção de políticas públicas concernentes às escolhas desses migrantes, ainda que essas escolhas partam de um alheamento, ou de fatores que subordinam ainda mais sua condição. A reflexão geográfica, por meio de categorias como espaço e território, são fundamentais para constituir uma análise conjunta das espacialidades de imigrantes e de políticas públicas que garantam a cidadania.

Destarte, o presente artigo propõe compreender esse processo de mobilidade haitiana no Brasil, sobretudo àquela iniciada após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. Tal mobilidade foi impulsionada por

uma diversidade de fatores, dentre eles a política brasileira de integração à *Mission des Nations Unies pour la stabilisationen Haiti* (MINUSTAH), a abertura política e econômica do Brasil vivenciada no início do século XXI até meados da década de 2010, e a postura do governo brasileiro, com uma diplomacia solidária, em atender demandas e articular suas táticas políticas em escala global.

No caso do Haiti, a fragilidade política e econômica transborda em uma diversidade de problemas sociais e sócio-espaciais. A diáspora, historicamente abortada como base não só da economia como da sociedade haitiana, é um dos caminhos possíveis de construir estratégias de sobrevivência, principalmente coletiva, já que a mobilidade haitiana, conforme vários pesquisadores apontam, é pensada e praticada de forma inteiramente coletiva. Essa coletividade reflete no poder de territorialização da mobilidade haitiana no Brasil, sobretudo por três características: a capilaridade de suas relações sócio-espaciais; o caráter coletivo de sua mobilidade; e o poder *associativista* dos lugares por onde os haitianos passam.

Nesse sentido, o presente artigo analisa a ideia de território-rede presente na análise geográfica, que entende as relações de poder e as potencialidades da formação de redes como a de imigrantes, que produzem novas formas de ver práticas políticas para imigrantes. O artigo está estruturado da seguinte maneira: apresenta-se os encargos conceituais da ideia território-rede para a geografia e suas implicações a imigrantes no espaço; elabora-se uma discussão da capilaridade de grupos haitianos no Brasil na década de 2010; e se produz um cruzamento da ideia território-rede e o poder dessa capilaridade.

## **GEOGRAFIA, MOBILIDADE E O TERRITÓRIO-REDE: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS**

A problemática da “rede” na ciência geográfica, em paráfrase a Souza (2013), tornou-se “coqueluche” no Brasil em meados da década de 1990, embora tenha sido alavancado por geógrafos franceses, americanos e outros uma década antes. É notório em sua apreensão que o estudo das

redes na geografia segue dois caminhos: primeiro, o estudo dos pontos de relação entre um ou mais espaços, de âmbito mais material e prático; e, segundo, o estudo das redes que interligam e produzem contiguidades espaciais, sobretudo o exemplo das redes de ativismo social, que mobilizam espaços e transformam o poder de decisão e de mutação desses espaços.

O sentido mais pragmático da rede constitui a análise das políticas e das transformações nas escalas da categoria do pensamento geográfico – rede urbana, rede regional etc. – e apreende o poder de comando e decisão dessas redes em optar por transformações no espaço que garantam a primazia de um determinado grupo social. Essa segunda apreensão, das contiguidades, é aprazível cara, pois as redes sócio-espaciais promovem o vaivém constante das políticas espaciais, regionais e territoriais conforme a emergência da mobilização social.

O fato é que, se, além da própria rede urbana, também as redes viárias, e particularmente as ferroviárias, estiveram na pauta dos geógrafos desde cedo, atualmente os geógrafos e outros profissionais vinculados à pesquisa sócio-espacial já iniciaram a exploração do conceito a partir de numerosas e muito variegadas perspectivas. Uma trincheira particularmente interessante de aplicação do conceito de rede, pelas ciências da sociedade, é aquela que busca capturar aspectos fundamentais da dinâmica e do modo de estruturação de protestos e ativismos sociais com o auxílio desse conceito (SOUZA, 2013, p. 168).

Nessa perspectiva, é salutar também a contribuição de Haesbaert (2009) no entendimento e na sistematização do estudo das redes na geografia e na problemática do território-rede. Para tal, há um problema na análise das redes que aponta para a dualização entre território e rede, e que dificulta a apreensão de um conceito que está imbricado por si só. Para o autor, redes constituem territórios e vice-versa. Esse dualismo na geografia, sobretudo na relação euclidiana ou não euclidiana, escamoteia uma realidade no qual torna explícito que a sociedade em rede não implica no fim de territórios, mas na formação de novas territorialidades.

Vale ressaltar que para a geografia o território, em resumo, significa toda atuação no espaço que forma relações de poder. Por isso, Haesbaert (2009) em *O mito da desterritorialização*, aponta que o discurso do fim de territórios não existe, e que o engendramento de relações de poder no espaço não se finda com a globalização, ao contrário, as relações se tornam cada vez mais balizadas pelas relações de poder e, portanto, instituídas de territórios. No tocante aos territórios-rede, segundo o autor:

Identificamos três grandes perspectivas teóricas na relação entre território e rede: uma que subordina a rede ao território (como em muitas leituras da geografia mais tradicional), outra que, dicotomicamente, separa claramente território e rede (como na abordagem de Bertrand Badie), e, finalmente, uma terceira, que trabalha com o binômio território-rede, historicamente relativizado, a rede atuando ora como feitos territorializadores, ora com efeitos desterritorializadores [...] as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios. Mas a dinâmica do elemento rede tornou-se tão importante no mundo “pós-moderno” que não parece equivocado afirmar que a própria rede pode tornar-se um território (HAESBAERT, 2009, p. 298).

Assim, os territórios-rede são vias de movimento e circulação de espacialidades diversas, cujo movimento e diversidade são os atrativos. Vale ressaltar que a perspectiva de rede, ou de territórios-rede, embora complementares, diferem da análise metodológica aplicada às redes sociais de imigração, que possibilitam visualizar o migrante numa gama de relações (dentre elas, a comunicação, os cenários políticos, as interfaces sociais), e admite a análise relacional em plenitude.

Essas redes sociais implicam um processo de articulação entre sociedade e ação – isto é, apreendem o momento da decisão de migrar, os sentidos e as perspectivas sociais e subjetivas de quem migra –, que constituem socialmente relações de vida e mobilizam não só o sentido do migrante no lugar que de chegada, como suas relações interpessoais, sua

condição de sujeito e de grupo coletivo, suas articulações de sobrevivência e de escolhas. Além disso, as redes sociais de migração sugerem que o espaço de hoje poderá ser o lugar do amanhã, assim como um território e vice-versa. É, portanto, uma categoria de análise destacada nos dos estudos migratórios, como a de território-rede.

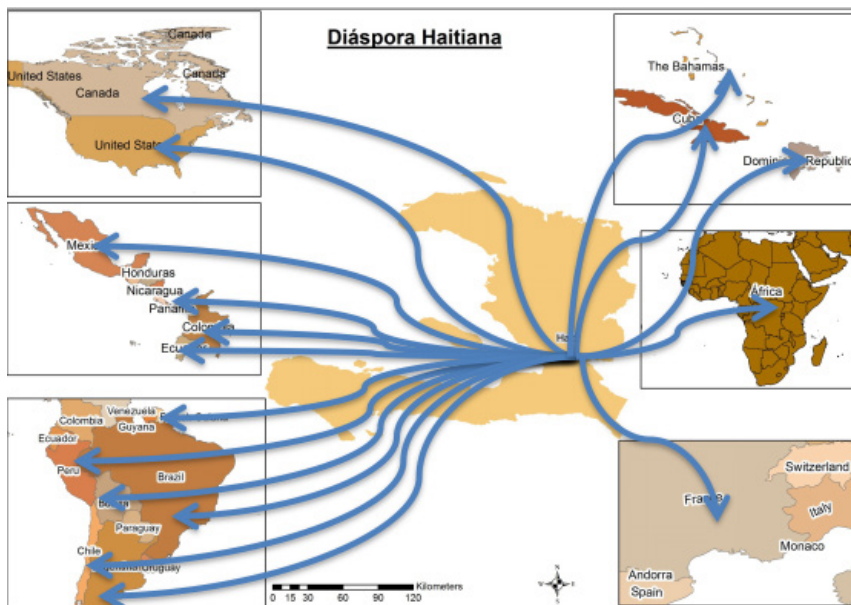
No tocante à mobilidade, Haesbaert (2009) enfatiza dois cenários importantes na constituição de territórios-rede a partir da migração. O primeiro é da potencialização em construir novas relações que não sejam as instituídas pelo poder hegemônico, como o Estado e as grandes empresas, que são hoje as que mais funcionalizam espaços de poder *versus* espaços subordinados, no qual os territórios-rede possuíam a capacidade de promover o conflito às contradições sócio-espaciais. Mas, também, promovem novos territórios-rede e novas relações de poder, como, por exemplo, as relações entre facções do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro ou das organizações extremistas no Oriente Médio. O segundo cenário diz respeito ao fato de que esses territórios-rede enfatizam espaços nos quais a migração e a marginalização tangenciam, e onde as possibilidades de transformação sócio-espaciais se tornam paulatinamente escassas (que é o caso dos aglomerados de exclusão). Conforme o autor aponta:

Os aglomerados de exclusão, mais do que espaços à parte, claramente identificáveis, são fruto de uma condição social extremamente precarizada, onde a construção de territórios “sob controle” (termo redundante) ou “autônomos” se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz [...] No caso dos aglomerados, maior mobilidade não está ligada à manutenção da segurança, ao controle e mesmo à opção diante dos circuitos de deslocamento, como no caso da elite de grandes executivos (...) mas à falta de opção, à insegurança (principalmente frente ao emprego) e à perda de controle sobre seus espaços de vida (HAESBAERT, 2009, p. 327).

Nessa perspectiva, os aglomerados de exclusão representam a maior parte das situações em que o imigrante se insere hoje, no mundo globalizado. Privado da construção de territórios e principalmente territorialidades, muitas vezes se fazem sentir a insegurança e a subordinação de seu próprio poder de decisão e de sua escolha.

## A CAPILARIDADE HAITIANA NO BRASIL

Por um lado, temos as idiossincrasias do processo de diáspora, no qual a emigração e imigração fazem parte da mesma sessão de estratégias, como da população haitiana, que, conforme destaca Handerson (2015), articula a mobilidade como estratégia de ascensão econômica e social. Por outro lado, temos a articulação de uma rede de espacialidades que constituem uma estratégia migratória por vezes até peculiar no caso dos haitianos. Isso se dá pela profunda capilaridade demonstrada histórica e espacialmente do haitiano na diáspora, conforme o mapa a seguir:



Fonte: Handerson (2015)

A partir da imagem se observa uma reflexão de ordem geopolítica, tanto no que se refere às influências de países assentados pela ideia de soberania moderna que foram importantes para o senso do sujeito diáspora ratificados por Handerson (2015), cujas mobilidades tendem a percorrer tais influências e outras além (França, Estados Unidos, República Dominicana, Cuba, Bahamas e África dentre outros) e uma reflexão de ordem sócio-espacial, quanto no que se refere à construção de redes e zonas políticas de apoio, espraiamento e novas estratégias diásporas.

Tal fluxo é consolidado, em primeiro lugar, a partir da intensificação das redes de violência, seja nas comunas rurais ou no raio da capital Porto Príncipe, seja na profunda desigualdade espacial promovida entre a capital e as demais localidades do país. Junto a isso, as políticas de intensificação da violência legitimada de *Papa Doc e baby Doc*<sup>2</sup>, bem como a ditadura de Cedrás, já no final do século XX, contribuíram para a formação de milícias que até hoje rescindem no Haiti e inclusive interferem no processo democrático. Em segundo lugar, a capilaridade migratória de imigrantes haitianos participa de uma conjuntura da *política do medo* de países atuantes politicamente no Haiti, como Estados Unidos, República Dominicana, França dentre outros que promovem uma série de entraves no sentido de conter a mobilidade para tais países.

No tocante à capilaridade da migração de haitianos via América do Sul, tomemos dois elementos importantes para situar não só as potencialidades, mas as relações de poder contidas no processo, seja dos

---

<sup>2</sup> Temos como exemplo uma notícia do final de 2016, momento no qual ocorreu a última eleição no Haiti, em meio a uma série de conflitos entre milícias locais controlando as principais favelas de Porto Príncipe até o caráter duvidoso do resultado da maior parte das eleições haitianas neste século: “la tension est montée au cours des vingt-quatre dernières heures dans l’attente des résultats. Des tirs d’armes automatiques ont résonné tôt, lundi matin, dans les quartiers populaires de Belair, de Solino et de Delmas, à Port-au-Prince, la capitale. Une barricade de pneus enflammés a interrompu la circulation sur une artère fréquentée [...]. Venus des quartiers les plus pauvres de Port-au-Prince, des partisans de Maryse Narcisse ont manifesté en début de semaine, dénonçant « un coup d’Etat électoral » en préparation. Rudy Héruvaux, le porte-parole du PHTK, le parti fondé par l’ancien président Michel Martelly, avait proclamé la victoire de Jovenel Moïse, violant la règle interdisant aux partis d’annoncer des résultats avant le CEP” Disponível em: [http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2016/11/29/jovenel-moise-petit-paysan-qui-reussit-nouveau-president-haitien\\_5040106\\_3222.html](http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2016/11/29/jovenel-moise-petit-paysan-qui-reussit-nouveau-president-haitien_5040106_3222.html).



grupos migrantes, mas sobretudo dos agentes pelos quais esses migrantes passam. O primeiro elemento se refere ao que denominou essa política do medo. Tal política tem pelo menos duas escalas importantes: a primeira, a escala do migrante haitiano e o medo do fracasso no trânsito ao lugar chegado, que se reflete na multiplicação das trajetórias e das possibilidades de fluxos entre Américas; e, a segunda, a escala dos países cuja importância política é intrínseca à migração, como no caso dos Estados Unidos e da França (no sentido da primazia política e econômica para o Haiti), e da República Dominicana (no sentido da articulação política, social e geográfica como país vizinho). Tanto os Estados Unidos e a França quanto a República Dominicana arrefecem em meados da década de 2010 – e no transcurso da década, como em 2017/2018 – a entrada de haitianos em seus territórios. Isso fica claro no relato de Handerson (2015), acompanhando o trajeto de um de seus entrevistados haitianos:

Quando James chegara a Grand Turck, decepcionara-se com a infraestrutura, melhor dizer, a falta dela, comparando com a República Dominicana onde residira. Segundo ele, a Ilha “era no meio do mato” (*nanrakebwa*), as construções de madeira e precárias. O fato de ser um lugar pequeno (18 km<sup>2</sup>) nos termos dele, “era possível passar de uma ponta da Ilha a outra em dez minutos”, já logo queria deixar o local. Somando-se a isso os dias passando sem trabalho ou dinheiro e o medo de serem deportados pelos policiais, eles evitavam circular nas ruas de Grand Turck. Nessa época, os policiais ingressavam nas casas para procurar pessoas em situações indocumentadas para deportá-las e, ao mesmo tempo, multavam o proprietário da casa onde elas se abrigavam. Por conta disso, James ficara uma semana dormindo no carro do amigo (HANDERSON, 2015, p.207).

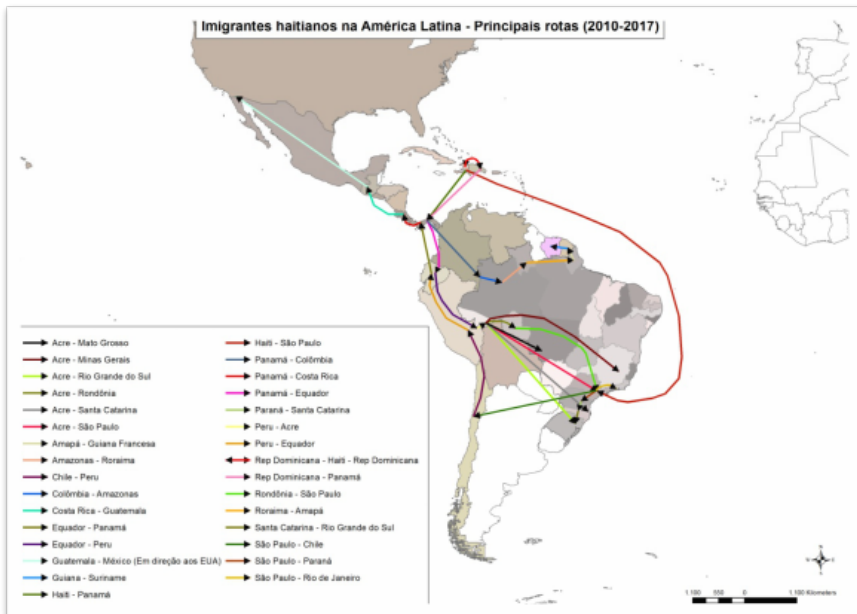
Essa *política do medo*, no qual é possível visualizar em todo o histórico de processos emigratórios do Haiti, resulta de um projeto maior de construção de barreiras à migração de oriundos de países pobres/e ou em conflito e /ou discordantes da lógica global financeira (Sassen: 1991,1996,

2016; Harvey: 2003; Brown: 2011 etc.), que acentuam as desigualdades e intensificam as relações de poder aos quais esses países estão submetidos. É um jogo de cartas bem marcadas.

O segundo elemento se refere aos trâmites à rota sul-americana. Podemos apontar os acordos multilaterais entre o Mercado Comum do Sul – Mercosul – e Américas (Acordo do México e Acordo Mercosul) como impulsionadores à entrada de novos migrantes. Eles tonalizaram as possibilidades de passagem para países como Equador, Colômbia, Peru e Bolívia. Essa política vinculada à diplomacia solidária, consolidada na gestão do governo Lula no Brasil e às resignificâncias dos percursos migratórios devidos ao arrefecimento das fronteiras no mundo, possibilitou novas referências para rotas migratórias. Não que as atitudes diplomáticas da América do Sul acolheram as demandas de imigrantes em toda a sua conjuntura, ao contrário. Como veremos adiante, as estratégias de mobilidade do Estado podem ser o revés em relação aos dos migrantes. Nesse ponto, Handerson destaca que:

No caso dos haitianos, há um duplo nível: 1) os agentes estatais brasileiros, peruanos, equatorianos, franceses e surinameses constituíram mecanismos e dispositivos de barreiras para controlar a chegada de novos migrantes; 2) os haitianos desenvolviam novas estratégias, criando novos circuitos e rotas migratórias para alcançar os lugares, constituindo novos territórios da mobilidade (Faret, 2003). O conjunto dos lugares constitutivos de um território da mobilidade não são pontos isolados, eles se interligam através dos circuitos e das redes de mobilidade (HANDERSON, 2015, p. 181).

A capilaridade, então, possui várias justificativas e, em muitos casos, a estratégia de migrar para o Brasil conflita com as ações políticas adversas a dos próprios migrantes. Não existe inimigo ou dualismo nesse processo, é um constructo político. Essa capilaridade fica perceptível no mapa abaixo, sobretudo considerando as rotas de haitianos na década de 2010 no Brasil e na América Latina.



FONTE: NIEM e pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Se, por um lado, empreende-se que essas estratégias não passam de arranjos nos quais o imigrante não participa plenamente de suas escolhas, ou que é uma estratégia funcional com a finalidade de participar do melhor mercado de trabalho, é exatamente pelo constructo subjetivo e coletivo dos migrantes haitianos em se moverem e mobilizarem suas táticas de sobrevivência que a escolha política ressalta da possível falta de plenitude delas. Parece cada vez mais que o discurso do trabalho é uma reprodução da necessidade do Estado em legitimar suas estratégias conflitantes em relação aos migrantes do que a relevância maior à mobilidade. Na realidade, é o que oferece o trabalho – recursos, garantia de sustento e sobrevivência – o que realmente o migrante almeja.

Nesse sentido, a globalização transforma – e progride – as relações do capitalismo para acirrar ainda mais as diferenças e os conflitos, voltados aos interesses que buscam ainda a tomada de porções de territórios

buscando mais capital. Novos dispositivos para velhas estratégias. Não definir as barreiras de restrição, portanto, só se torna presente para as grandes corporações atrás de promoção invariavelmente de capital. Restringir e acirrar ainda mais a construção de muros em fronteiras, *frontiers, borders* etc., é a afinação conveniente a essa liberdade induzida.

## HAITIANOS NO BRASIL: REDES DE MOBILIDADE OU AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO?

“A gente traz sonhos, traz metas. Traz as malas nas costas querendo vencer na vida. As pessoas acabam se aproveitando, nos fazendo passar fome, sono.. Os meus sonhos são muito altos...”. O relato é de Abel Marti, imigrante haitiana no Brasil desde 2011.<sup>3</sup> Ela chegou a São Paulo, ficou primeiro em hotéis, e a partir de um grupo de haitianos conheceu a Casa do Migrante, onde permaneceu 22 dias instalada, recorrendo às orientações disponíveis (documentação, busca por emprego, as palestras e a própria estadia). Conseguiu um emprego pela mediação do eixo trabalho em uma empresa paranaense, onde ficou por um mês. Mas, segundo ela, “lá brasileiro fica em um lugar diferente dos haitianos. Trabalho muito difícil, então voltei pra São Paulo...”. Abel retornou cerca de quatro vezes na Missão Paz até se fixar no trabalho presente em 2014: “trabalhei em restaurante, ganhando quinhentos reais pagando quatrocentos de aluguel... Conseguiram trabalho que seria de babá, mas cheguei lá, era como doméstica. Agora estou há um ano e nove meses como babá de uma procuradora”.

O *vaivém* de Abel não é uma exceção entre imigrantes nos recentes fluxos. Na tentativa de estabelecer não somente um local, mas principalmente uma atividade que gere um retorno para viver e enviar recursos ao seu grupo, a surpresa de encontrar um país cujas desigualdades

---

<sup>3</sup> Em novembro de 2014 ocorreu a terceira edição do Seminário Vozes e Olhares Cruzados, que ocorre anualmente na Missão Paz, com vistas a trocar experiências entre imigrantes e a própria entidade. O público é composto por pesquisadores na área, outras entidades, bem como representantes cuja temática abordada é migração e migrantes. É neste evento que ocorreu a fala de Abel.

e relações sociais permeiam uma série de contradições impulsiona, por um lado, a identificação e, por outro, a desilusão. A procura por melhores condições, vinculado a sistemática reivindicação – em particular aos haitianos, a mobilização de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas a estes recentes fluxos, a política solidária a partir do terremoto, dentre outros elementos –, trazem peculiaridades às estratégias de mobilidade de haitianos no Brasil. Mas é também na capilaridade e nas reivindicações locais, como as de Abel ao retornar a São Paulo até encontrar um trabalho que abarcasse suas demandas, nas consoantes denúncias aos trabalhos que ferem a dignidade humana, ao *vaiém* de migrantes e na consolidação de grupos imigrantes que promovem novas redes sociais de migração, que as estratégias de permanência se destacam.

As estratégias de permanência possuem três elementos intrínsecos à sua consolidação. O primeiro elemento consiste nos agenciamentos dos migrantes, isto é, no conjunto de práticas e discursos dos imigrantes que os levam até o Brasil e que os fazem se mobilizar pelo país. A capilaridade, aqui, é um dos reflexos de suas estratégias de mobilidade, tal qual também é de permanência. Entretanto, verifica-se que as estratégias de permanência estão numa escala menor que as de mobilidade nesse sentido. As relações entre o local são muito mais definidas e definem também o próximo passo do migrante. As redes sociais de migração são de profunda importância no desenrolar destas estratégias.

Um dos suportes de apoio e *savoir-faire* (saber-fazer) dos imigrantes haitianos é o sentido dado ao encontro e à promoção de diálogo via o que se denomina por *baz* pelos mesmos. No *baz*, os encontros estabelecem primeiramente uma territorialidade, já que os pontos de determinado grupo serão sempre em um local fixo, escolhido pelos imigrantes. Após, eles aportam novos contatos e novas redes de imigrantes já no Brasil ou ao chegar. Conforme Handerson (2015), em ocasião de conversa com haitiano na Guiana Francesa:

Em 2011, na frente da casa de Toussaint em Cabassou, alguns haitianos começaram a reunir-se no local e pediram para ele se podiam sentar lá. Com o tempo, outros foram

chegando, um trazia outro e assim a *baç* foi formando. Quando perguntei a Toussaint o que significava *baç*, ele respondeu: “*Baç* é quando dois, três ou quatro pessoas se reúnem, aí formam uma *baç*. *Baç* não se faz com uma pessoa, deve ter mais de um” (HANDERSON, 2015, p.258).

Ao mesmo tempo, esse território e essa territorialidade (HAESPAERT, 2007) podem se deslocar conforme os acontecimentos e as disputas do determinado lugar. O mais importante é que o poder de mobilização é reforçado a partir dessas territorialidades, e fundamentalmente na promoção de territorialidades, das relações de poder e das formações de espaços, sejam de diálogo ou de enfrentamento promovidos. No que são promovidos, a insurgência em relação ao estabelecido e contrário aos agenciamentos dos imigrantes se torna mais frágil.

*Baç* (e aqui mais uma vez nos referimos a todas elas evidentemente, não só às *baçamê*, as bases armadas) é um lugar de pertencimento e de proteção, um espaço de sociabilidade (basicamente masculina, como dissemos, embora as lideranças femininas possam falar também a linguagem da *baç*), ao mesmo tempo um espaço concreto localizado no território e um espaço moral mais ou menos abstrato, cujas fronteiras e escalas são, como já vimos, móveis e maleáveis (NEIBURG, NICAISE E BRAUM, *apud* HANDERSON, 2015, p. 262).

Nesse sentido, a fragilidade dos agenciamentos, das práticas e dos discursos dos outros que, como vimos, apontam o migrante como um problema, acentuam as disparidades, mas também a consolidação de um debate e de um enfrentamento à realidade vivida por estes mesmos imigrantes. Do enfrentamento e da discussão é possível a promoção de políticas públicas ou de inclusão social para migrantes que, assim, são postas à mesa.

O segundo elemento das estratégias de permanência se refere aos agenciamentos dos outros, isto é, as ações que acentuaram ou

escamotearam a vinda de imigrantes. Vários são os aspectos que possibilitaram a mobilidade para o Brasil. É notório que o terremoto foi um vetor de entrada, assim como a aparente resposta do Brasil à entrada de haitianos. Mas foi também a justificativa ilusória de contratar imigrantes em trabalhos menos qualificados, tal como Handerson (2015) aponta:

O terremoto do Haiti e a situação empobrecida do país sensibilizaram algumas pessoas da população brasileira que veem na oferta do emprego a um haitiano uma maneira de ajudar o país e os próprios haitianos. A condição do ser migrante coloca o indivíduo numa situação de aceitar o trabalho mais penoso e menos remunerado. Mas, a experiência haitiana mostra ser mais complexa essa situação visto os haitianos reclamarem do salário e deixarem seus empregos para buscarem outros por causa de baixos salários, da precariedade e dos maus tratos nos locais de trabalho. Isto desmistifica a ideia de os migrantes serem passivos quanto aos baixos salários, ou reféns em trabalhos menos qualificados e precários. (HANDERSON, 2015, p.167).

Os desdobramentos dos encontros e o formato coletivo da diáspora haitiana permitem confrontar essa passividade na relação trabalho. Outro aspecto que dá poder de mobilização é o fato de muitas organizações de apoio aos migrantes estimularam a criação de entidades pelos próprios, e isso ocorreu rapidamente pelos migrantes haitianos. Conforme vimos a partir de Handerson (2015), as Associações de Imigrantes Haitianos espalhados pelo país são inúmeras. Posteriormente discutir-se-á essa questão mais a fundo, mas vale adiantar o caráter associativista dos imigrantes haitianos, que permitem uma maior consolidação das estratégias de permanência.

No sentido da precarização do trabalho, destaca-se o trabalho de Magalhães e Baeninger (2016) desvendando os agenciamentos das empresas contratantes de imigrantes, em particular no estado de Santa Catarina, no qual se demonstra a superexploração destes, ainda que sob os básicos direitos trabalhistas.

Os primeiros haitianos em Balneário Camboriú trabalhavam como garis no município e no porto de Itajaí. Alguns haviam sido recrutados no Acre para trabalhar na construção civil em Navegantes, mas os atrativos em Balneário Camboriú (especialmente a maior oferta de emprego e acesso a serviços e a proximidade com os haitianos residentes em Balneário Camboriú) rapidamente os atraíram. Realizavam, portanto, tarefas mais intensas no uso da força física, menos qualificadas. Foi apenas posteriormente que os trabalhadores haitianos dirigiram-se ao trabalho nos outros setores, principalmente o de supermercados. Nos supermercados, desempenham funções relacionadas ao trabalho no setor de cozinha (como cozinheiros dos próprios colegas de trabalho, que fazem suas refeições nos supermercados), estoque e reposição de produtos, horti-fruti e açougue. Não há registro de trabalhadores haitianos em funções de gerência ou mesmo de caixa de supermercados na cidade de Balneário Camboriú (MAGALHÃES E BAENINGER, 2016, p.10).

A citada Abel, por exemplo, chegou a trabalhar em uma oficina de costura com vários outros haitianos, cuja proprietária ofertou empregos à Missão de Paz, mas omitiu as reais condições no qual intencionava contratá-los. Tomar um posicionamento claro, ou minimamente ter consciência da superexploração do trabalho, é crucial na produção de estratégias de permanência. Para tanto, é preciso ter claro os agenciamentos dos outros, sobretudo quando eles não convergem aos dos imigrantes.

Nesse íterim, o terceiro elemento consiste na indissociação das estratégias de mobilidade. Na tentativa de sistematizar estratégias de mobilidade e de permanência, é preciso deixar claro que uma não sobrepõe a outra, nem uma deixa de existir na formação da outra – elas operam concomitantemente. É importante ressaltar também que a compreensão das estratégias de permanência não cessa as estratégias de mobilidade, muito menos que o imigrante se torna impedido de se mobilizar ao promover estratégias de permanência. O fato de promover outros fluxos e consolidar novas rotas, como no caso dos imigrantes haitianos, não



caracteriza o fim de suas estratégias de permanência no Brasil. Seus agenciamentos concernem à permanência e à mobilidade a partir de seu bem-estar e bem-viver.

As estratégias de permanência são coladas às estratégias de mobilidade de imigrantes. Vale ressaltar a necessidade dessas estratégias no tocante à inclusão destes imigrantes e de salientar, igualmente, que eles possuem um projeto – no caso dos haitianos um projeto coletivo – de melhoria de suas condições. Tais estratégias revelam, portanto, a necessidade de debates quanto aos agenciamentos, práticas e discursos entre os sujeitos e os processos revelados na mobilidade. Sujeitos e processos esses que nos incluem, como migrantes ou como produtores do espaço.

O caso do Brasil é peculiar quanto às políticas de mobilidade. Embora haja um consenso discursivo de abertura das portas aos estrangeiros, os atravessamentos são contraditórios. No caso dos haitianos no Brasil, por exemplo, da entrada pela fronteira boliviana e peruana, a entrada pelo Sudeste e pelo Sul, passando pelas suas condições de permanência no país, são deslocamentos marcados por um longo e cansativo processo de inserção, tanto para com a sociedade local quanto aos dispositivos políticos que constituem o lugar de chegada, mas ratificam diferenças e formam lócus de diferenças propositais. Um exemplo é a condição entre o legal e o ilegal, e a garantia de sobrevivência no lugar em que se instala, onde na maioria das vezes, e por várias razões, vão para as periferias. Também, a falta de diálogo recorrente com o poder local em garantir o acesso à “cidadania” em amplo sentido. Da mesma maneira que os muros físicos, as fronteiras da política que apartam e ratificam a segregação e o discurso de “invasão” são partes desse processo apresentado.

Afinal, a imigração haitiana no Brasil reflete a potencialidade da formação de novas redes e ao questionamento ao instituído que diverge com a realidade sócio-espacial dos migrantes ou ela se enquadra na formação de aglomerados de exclusão?

Vale ressaltar que os aglomerados de exclusão não são fixos, eles são temporários e podem ser transformados em novas redes e ter novas territorialidades. Mas ainda parece um pouco nebuloso esse processo, ao analisarmos mais a fundo um fluxo como o dos haitianos, profundamente

marcado pela capilaridade desde o início, até que ponto eles contemplam sua espacialização de maneira subordinada ou até que ponto a capilaridade deixa de potencializar politicamente o papel de suas escolhas em sair do Haiti.

A reflexão das relações de poder imbricadas nos espaços formando novos territórios possui também o caráter dinamizador de novas territorialidades construídas nestes, que muitas vezes divergem dessas relações de poder. Parece, portanto, que a mobilidade haitiana no Brasil anunciou uma série de transformações na política brasileira, tirou da zona de conforto uma série de debates e perspectivas no qual o instituído era o resolutivo, e propiciou novas fontes de relação entre imigrantes, em várias escalas.

Contudo, os imigrantes haitianos continuam vítimas de uma série de ações, sejam discursos racistas, ou superexploração escusa – muitos alegam que visivelmente trabalham mais que funcionários locais em fábricas ou empresas no qual empregam imigrantes, ainda que com os mesmos direitos e ganhando o mesmo salário – ou movimentam um mercado imobiliário alternativo das periferias pela falta de documentos exigidos em um aluguel regularizado (como é o caso de boa parte dos haitianos que vivem na serra sul-rio-grandense).

Entende-se que essa apreensão da constituição de territórios-rede por haitianos no Brasil não é e nem deve ser maniqueísta, e talvez esse seja o caráter nebuloso da ideia de aglomerados de exclusão. É do próprio vaivém característico do migrante, inclusive na forma de compreender e agir no espaço. Da maneira em que é subordinado a determinadas decisões, as atitudes e os conflitos são postos e são cotidianamente convertidos em luta sócio-espacial.

A corrupção, a violência e a dependência são as três marcas profundas no Haiti, e são as marcas que romperam outras fissuras com o agravamento de caráter geomorfológico – o terremoto é uma ponte para tal – donde qualquer problema de ordem ambiental se torna mais grave se unido a problemas muito mais abrangentes de natureza política e socioeconômica. Por isso, além de ressaltar o terremoto como um dos motivos para a intensificação da saída de haitianos, também é preciso

visualizarmos o conjunto de fatores no qual o terremoto é a ponta, ou seja, o caráter das estratégias de mobilidade, aliado aos agenciamentos da imigração, que se tornam fragmentos de um enredo muito bem amarrado.

Não por acaso as múltiplas táticas para imigrar, costurando a cada impossibilidade de realizar o traço da diáspora em novas rotas, novos trânsitos e perspectivas. Não por acaso, também, a resignação em atravessar as adversidades e as relações exploratórias dos trajetos perpetrados, a fim de evitar confusão, como muitos dos haitianos em que conversei apontaram. Não por acaso, por fim, a diversidade de formas de expressão no qual eles conseguiram se posicionar no Brasil, principalmente nas associações de imigrantes espalhadas pelo país.

Entendemos que estratégias de mobilidade não são divergentes ou contraditórias. Isso quer dizer que tais estratégias participam de uma coetaneidade, ou seja, elas convivem juntas no tocante ao fazer migrante e ao ser migrante. Nesse sentido, na permanência coexiste a mobilidade e vice-versa. E essa coexistência fica clara na mobilidade haitiana para o Brasil, quando os *agenciamentos* perpetrados pelos imigrantes vêm e voltam conforme a emergência de suas próprias necessidades. Em trabalhos de campo no Acre, Rio Grande do Sul e São Paulo e nas conversas com os imigrantes foi possível perceber um conhecimento dimensionado do Brasil e suas principais características quanto a ofertas de trabalho e a condições de melhoria de vida, muito pelos emaranhados de redes existentes a partir de outros grupos que chegaram antes.

É válido refletirmos, principalmente, sobre os desencontros entre o discurso do Estado, que em grande medida vincula a relação trabalho das intenções de trabalho dos migrantes haitianos. Toda construção e sensibilidade em pesquisas que apontam o fluxo de haitianos no Brasil apontam a questão do trabalho como preponderante. Parece-nos, contudo, que o salutar é o trabalho *para* a melhoria das condições de vida de um grupo, de uma família e dos próprios migrantes que chegam ao Brasil.

## PARA NÃO CONCLUIR: NOVAS ESPACIALIDADES, VELHOS PROBLEMAS

Na imigração de haitianos para o Brasil, não somente a busca e a tentativa da ação diáspora são apontadas, como – e principalmente – os mecanismos que essa prática de *ser diáspora* são espraiadas conforme estratégias de um grupo, de um apoio de toda uma família, e ainda que novas redes de antigos desconhecidos que se encontram vão surgindo, as famílias, no seu sentido mais amplo, vão se comunicando e se articulando a partir da migração. Esse sentido diaspórico e parte dessa ação que era um desacordo das próprias articulações políticas entre grupos minoritários urbanos e ricos se tornam uma ação, um verbo a partir do migrar de grupos pobres, das zonas rurais.

Mas as assimetrias de poder acontecem. O desacordo das políticas de migração e das heranças sociais produzem e reproduzem estigmas em relação à migração e ao migrante, e isso aliado a um ideal de um Brasil dotado de inúmeras possibilidades e escolhas (representatividades construídas ainda no Haiti). A entrada recente de imigrantes no Brasil, tal o caso dos haitianos, mas também senegaleses, ganeses, angolanos, sírios, dominicanos, equatorianos, colombianos, peruanos, bolivianos, e muitos outros, possuem múltiplas facetas que questionam essas dualidades da política e da constituição social que trazem como reflexo dessas políticas. Não só pelo fato do país estar em um contexto no qual faz jus aos anos de tentativa de progressão ao seu crescimento – o que acarreta, tal como em países chamados desenvolvimentistas – na entrada de imigrantes pobres à procura de qualidade de vida, mas, também, porque suas relações não foram e nunca serão duais.

Isso implica dizer que a compreensão da imigração haitiana para o Brasil envolve uma multiplicidade de agenciamentos, uma pluralidade de eventos cujo trabalho é um elemento, e não o meio e o fim para chegar ao processo desencadeador da emigração haitiana. Daí as estratégias de permanência e de mobilidade possibilitarem a compreensão dessa multiplicidade, na mobilidade enquanto tática política de mudança, desencadeada por fatores tão plurais quanto a própria mobilidade.

Da mesma maneira, a capilaridade envolvendo processos sócio-espaciais reformulam práticas espaciais, e promovem novas territorialidades para com imigrantes haitianos bem como aos brasileiros. Embora as escalas dos acontecimentos permeiam uma série de implicações, é preciso não tornar o imigrante um problema, e construir políticas que englobem, de fato, as perspectivas, as territorialidades e as práticas espaciais desses imigrantes o caminho real e efetivo.

A capilaridade dos haitianos, bem como as transformações políticas imbricadas nessa capilaridade, pode ser considerada territórios-rede, assim como suas práticas políticas de caráter associativo, na formação de uma política de base para assistência e acolhimento a chegada e permanência de imigrantes haitianos no Brasil. Da mesma maneira, o preconceito, a subordinação dentre outros processos no qual o espaço se restringe, bem como suas práticas sócio-espaciais ingeridas, muitas vezes alheamente por esses imigrantes, precisam ser repensadas também enquanto políticas de acesso pleno à cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, Wendy. *Walled states, waning sovereignty*. Nova York: Zone Books, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HANDERSON, Joseph. *Díáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2015.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Trabalhadores Imigrantes: haitianos e haitianas em Santa Catarina – SC. In.: *VII Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populaiconais*, 2016.

SASSEN, Saskia. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. *Losing control? Sovereignty in an age of globalization*. New York: Columbia University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.